



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SETÚBAL
Realizada em 23 de julho de 2025

N.º 17/2025

Aos dezasseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas nove horas e quarenta e um minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 168/2025, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Ana Rita Carvalho (CDU).

A senhora Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

Ordem de Trabalhos

A) Período da Ordem do Dia

- 1. Deliberação n.º 486/2025 - Proposta n.º 133/2025/DAF/DICONT – 6.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
- 2. Deliberação n.º 487/2025 - Proposta n.º 134 /2025/DAF/DICONT/SERGEP - Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato”**
- 3. Deliberação n.º 488/2025 - Proposta n.º 135 /2025/DAF/DICONT/SERGEP - Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação Nacional dos Treinadores de Futebol – Núcleo do Distrito de Setúbal**
- 4. Deliberação n.º 489/2025 - Proposta n.º 136 /2025/DAF/DICONT/SERGEP - Hasta pública para alienação de veículos municipais e sucata diversa - Adjudicação definitiva**
- 5. Deliberação n.º 490/2025 - Proposta n.º 137 /2025/DAF/DICONT/SERGEP - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de**

Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 13909, Fração X da Freguesia de S. Sebastião

6. **Deliberação n.º 491/2025 – Proposta n.º 32/2025/DOM - CPI 32/2025/DOM – Empreitada Bairro Quinta de Santo António: Lote 1, Rua da Fonte Fresca e lote 2, Rua dos Sobreiros - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público, por lotes, com publicidade internacional - Candidatura n.º 61882 – Reabilitação de 214 fogos - Reabilitação da Quinta de Santo António**
7. **Deliberação n.º 492/2025 – Proposta n.º 127/2025/DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura para construção de edifício industrial e plataforma exterior coberta.**

A) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Deliberação n.º 486/2025 - Proposta n.º 133/2025/DAF/DICONT – 6.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 7 a 9.

Sr. Presidente – Informou que, no âmbito das diligências desenvolvidas junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEST), apenas agora foi possível obter a garantia de aprovação das propostas anteriormente apresentadas pelo executivo. Por esse motivo, considerou necessário proceder à correspondente alteração orçamental, com vista a viabilizar o avanço para o processo de contratação dos respetivos projetos.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu tratar-se de uma proposta que o Partido Socialista acompanharia, não deixando, contudo, de assinalar duas questões consideradas particularmente relevantes.

Em primeiro lugar, sublinhou tratar-se de uma proposta tardia, considerando que outros municípios já haviam avançado com candidaturas a financiamento, encontrando-se, inclusive, com obras em curso no terreno e a requalificar estabelecimentos de ensino previamente classificados como de intervenção urgente e muito urgente. Neste contexto, lamentou que o Município de Setúbal se tenha deixado ficar para trás, o que, no seu entender, significou uma perda de tempo e, sobretudo, de oportunidades para os jovens setubalenses.

Em segundo lugar, expressou preocupação com o facto de duas das escolas do concelho que se encontravam em pior estado de conservação – Barbosa do Bocage e a Escola Secundária de Bocage – apenas virem a ver abertas rubricas orçamentais, ao contrário de outros estabelecimentos de ensino para os quais se previa uma dotação mais expressiva, permitindo assim um avanço mais célere do processo. Sublinhou que, no caso daquelas duas escolas, estar-se-ia, na prática, apenas a aprovar uma intenção, não existindo condições objetivas para dar início aos projetos no decurso do presente ano orçamental, o que dificultaria a preparação atempada dos procedimentos necessários ao lançamento dos respetivos concursos.

Sr. Presidente – Agradeceu ao Senhor Vereador por ter colocado a questão, observando que, não fosse essa intervenção, não teria tido oportunidade de prestar alguns esclarecimentos considerados pertinentes.

Esclareceu que o acordo celebrado entre o Governo do Partido Socialista e a Associação Nacional de Municípios Portugueses previa a garantia de financiamento para as intervenções em 465 estabelecimentos de ensino, os quais, à data, se encontravam identificados como

estando em situação urgente ou muito urgente. Referiu que, entretanto, esse número teria evoluído para 510 escolas.

Aquando da celebração do referido acordo, o Governo fazia já referência à designada "*Bazuca*" e ao financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Contudo, lamentou que, naquela altura, o PRR ainda não estivesse disponível, o que considerou ter representado uma oportunidade perdida, imputando essa responsabilidade ao Governo do Partido Socialista, que fora igualmente o responsável pelo processo de transferência de competências.

Informou que, quando a Câmara Municipal de Setúbal recebeu formalmente as competências, em 1 de abril de 2022, as escolas em causa já se encontravam identificadas. No entanto, até à data da transferência, não tinha sido entregue qualquer planta ou elemento técnico relativo aos edifícios, facto que obrigou os serviços municipais a proceder a um levantamento exaustivo das escolas e respetivas áreas envolventes, com vista à preparação dos processos de intervenção.

Informou que os serviços municipais procederam a uma avaliação rigorosa das respetivas escolas, sublinhando que, sem esse trabalho prévio, não teria sido possível iniciar qualquer processo negocial. Recordou que, conforme era do conhecimento dos Senhores Vereadores, competia ao Ministério da Educação a aceitação das propostas que viessem a ser apresentadas pelo Município.

Esclareceu que matérias como o número de salas ou o número de alunos por sala de aula eram da exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação. Apesar disso, cabia à Câmara Municipal a responsabilidade de lançar os concursos, apresentar as candidaturas e elaborar os projetos, os quais envolviam custos de centenas de milhares de euros. Acrescentou que o Município teria ainda de garantir a capacidade financeira para a execução dos projetos, dado que apenas após a aprovação das candidaturas o respetivo financiamento ficaria assegurado.

Considerou que as responsabilidades neste processo se repartiam entre os Governos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, embora, à época, o Governo em funções fosse o do Partido Socialista. Sublinhou que este enquadramento colocara as autarquias locais numa posição de grande constrangimento, descrevendo-a como uma situação de "*encostados à parede*", uma vez que as autarquias, enquanto entidades responsáveis, assumiam o compromisso de garantir melhores condições de ensino para professores, alunos e encarregados de educação, através da necessária requalificação das infraestruturas escolares.

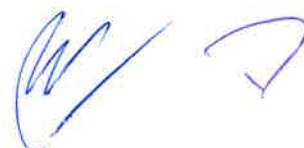
Referiu que, na realidade, se tratava de uma questão com implicações futuras, o que, contudo, não impedira que os sucessivos Governos tivessem colocado as autarquias locais numa situação de "*encostadas à parede*", ao exigir que estas assumissem nos seus orçamentos os encargos com a elaboração dos projetos, sem que houvesse qualquer garantia de financiamento prévio. Reiterou que o financiamento apenas se tornava disponível após a aprovação formal das candidaturas apresentadas.

Considerou que fazer política daquela forma era profundamente prejudicial para o país, particularmente face à situação vivida nas áreas da educação e da saúde.

Enfatizou que os serviços municipais procederam ao levantamento das diversas situações identificadas no concelho, avaliaram o grau de gravidade das mesmas, elaboraram os respetivos estudos prévios e estabeleceram contacto com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), com o objetivo de obter a aprovação das propostas apresentadas pela Câmara Municipal ou, caso necessário, introduzir as alterações requeridas por aquela entidade.

Informou que, da avaliação realizada no terreno, concluiu-se que a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Barbosa du Bocage não reunia condições para ser objeto de uma simples requalificação, impondo-se, por isso, a construção de um novo edifício escolar.

Esclareceu que, embora o Governo não aceitasse a designação de "escola nova", preferindo a expressão "*requalificação profunda*", a realidade evidenciava que a situação do equipamento escolar em causa era de tal forma grave que várias salas de aula, bem como a



secretaria, já haviam sido encerradas por motivos de ruína e de profunda instabilidade estrutural. Por essa razão, foi apresentada a proposta de construção de uma nova escola. Informou ainda que o estudo correspondente foi discutido com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), bem como com a comunidade educativa de cada uma das escolas envolvidas, tendo resultado dessa auscultação a aprovação da proposta apresentada. Adiantou que o projeto da nova escola já se encontrava adjudicado e em fase de desenvolvimento.

Relativamente à Escola Secundária de Bocage, informou que já havia sido efetuado o levantamento da situação existente. Sublinhou a profunda degradação a que aquele estabelecimento de ensino fora votado, recordando que se tratava de uma escola que, em tempos, fora uma referência no concelho, mas cujos componentes fundamentais de funcionamento se encontravam, à data, totalmente inoperacionais.

Indicou que a Câmara Municipal, em articulação com o Conselho Diretivo do estabelecimento, promoveu algumas intervenções pontuais com o objetivo de mitigar certas situações mais urgentes. No entanto, salientou que foi necessário proceder a uma avaliação global da situação, incluindo a possibilidade de ampliação das instalações.

Esclareceu que se tratou de um processo que envolveu discussão exigente, mas que se encontrava atualmente concluído.

Referiu, contudo, que a ausência de garantias quanto à substituição integral da cobertura do edifício — responsabilidade que cabia ao Governo — comprometia todo o processo de requalificação, uma vez que não estavam asseguradas condições mínimas de estabilidade nem de estanquidade às infiltrações.

Foi precisamente essa ausência de compromisso célere por parte da tutela que, segundo referiu, motivou o arrastamento do processo relativo à Escola Secundária de Bocage.

Informou, por fim, que o projeto de arquitetura já se encontrava concluído e que estava em curso a elaboração dos projetos das especialidades, pelo que o reforço da respetiva rubrica orçamental se destinava a assegurar a conclusão da referida fase do procedimento.

Relativamente à Escola Básica 2/3 de Azeitão, informou que, segundo a avaliação realizada, esta deveria ser objeto de requalificação. Tratava-se de pavilhões em estado de degradação profunda, com infiltrações de águas que comprometiam a sua funcionalidade. A Câmara Municipal, em articulação com a Junta de Freguesia, continuava a intervir com trabalhos de manutenção, no sentido de minorar os problemas existentes, mas reconhecia que aqueles pavilhões não se encontravam em condições para a continuidade de uso. Salientou que o Ministério da Educação, ao considerar apenas a requalificação da escola, estaria a “meter a cabeça na areia”, não sendo essa a solução adequada. Por essa razão, a Câmara elaborou um estudo prévio e propôs a construção de uma escola nova. Adiantou que a Câmara Municipal de Setúbal, em conjunto com a Câmara Municipal de Sesimbra, solicitou uma reunião ao Senhor Ministro da Educação para sugerir a construção de uma escola em Quinta do Conde que pudesse servir tanto os alunos de Azeitão como os da Quinta do Conde. O Senhor Ministro mostrou-se disponível para resolver a situação da Escola Secundária de Azeitão.

No entanto, após alguns meses, foram informados de que iria ser construída uma escola nova na Quinta do Conde, cuja capacidade seria esgotada apenas pela população escolar daquela localidade, obrigando a encontrar uma solução alternativa para os alunos de Azeitão.

Naquela altura, a Câmara havia avançado com a proposta da construção de um pavilhão desportivo em Azeitão, mas, face à necessidade emergente da construção da Escola Secundária, essa iniciativa foi retirada, por entenderem que o único local central e adequado para a construção da nova escola seria precisamente o sítio inicialmente previsto para o pavilhão desportivo.

Nas negociações entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), foi entendido que no mesmo espaço onde atualmente funciona a Escola Básica 2/3 de Azeitão poderia ser construída a nova Escola 2/3, bem como a Escola Secundária e o pavilhão desportivo, cuja reivindicação remontava a vários anos.

Informou que já se encontrava aprovado o estudo prévio para a Escola 2/3 e para o pavilhão desportivo. A Câmara Municipal manifestava algumas dúvidas relativamente a essa decisão, contudo, reconhecia que a responsabilidade de definir a capacidade adequada às necessidades existentes competia ao Governo, através da Direção-Geral.

Esclareceu que a Câmara Municipal aceitou a decisão, tendo, porém, apresentado as suas interrogações junto dos órgãos que acompanham a educação no concelho de Setúbal.

Referiu que todo o assunto foi concluído há cerca de um mês, encontrando-se o estudo prévio aprovado, pelo que se avançaria com a construção da Escola 2/3, da Escola Secundária nas dimensões e número de salas propostas pela DGESTE, assim como do pavilhão desportivo.

Por esse motivo, seria necessário lançar o procedimento para a elaboração do projeto na sua totalidade.

Relativamente à Escola de Aranguez, referiu que a situação havia sido completamente incompreensível, tendo a Câmara Municipal sido obrigada a reformular integralmente o refeitório, uma vez que as crianças já não dispunham de condições adequadas para a sua utilização. Realizaram-se várias intervenções devido às sucessivas infiltrações verificadas. Informou que, em conjunto com a comunidade educativa, se levou algum tempo para concluir as necessidades de ampliação, bem como para definir o espaço envolvente da escola, o que atrasou a elaboração do estudo prévio.

Esclareceu que não foi a Câmara Municipal de Setúbal que ficou para trás, mas sim a incapacidade do Governo do Partido Socialista em resolver e evitar o arrastar de todos aqueles processos.

Salientou que a possibilidade de financiamento através do PRR tinha terminado, tendo sido o atual Governo a negociar com o BAI para garantir o financiamento necessário para aquelas escolas.

Reforçou que as responsabilidades não deveriam ser atribuídas à Câmara Municipal, que trabalhava em colaboração com a comunidade educativa e com os vários órgãos de intervenção locais.

As responsabilidades deviam ser assumidas devidamente e não deixadas ao abandono. Finalmente, adiantou que o exposto constava dos relatórios da Comissão de Acompanhamento da Educação em Setúbal, nos quais se encontravam registadas as responsabilidades de todos os dirigentes escolares, bem como o défice resultante da transferência de competências do Ministério da Educação para a Câmara Municipal de Setúbal.

No último relatório referente ao mês de dezembro de 2024, foi registada uma saída de 4 milhões de euros do orçamento municipal. Face a este facto, questionou a quem cabia a responsabilidade e quem deveria ser penalizado, sendo apontado o Governo do Partido Socialista como principal responsável.

Salientou que cada entidade deveria assumir as suas responsabilidades, embora pudessem existir alguns argumentos válidos para justificar situações adversas. O executivo da CDU tinha a responsabilidade de gerir o município, ciente de que as coisas nem sempre ocorriam conforme as previsões estabelecidas, mas destacou que assumir responsabilidades era fundamental, especialmente na área da educação.

Reconheceu o mal-estar manifestado pelos vereadores em função das afirmações e acusações proferidas, uma vez que durante muitos anos aguardaram que fossem tomadas decisões que garantissem as condições necessárias para que as autarquias pudessem desempenhar o seu trabalho.

Salientou que as autarquias têm demonstrado solidariedade e assumido responsabilidades, mas não lhes deveria competir o lançamento dos procedimentos nem a apresentação das candidaturas.

Reforçou que a responsabilidade pela degradação em que as escolas se encontram foi dos sucessivos Governos que não assumiram os seus deveres, optando por transferir tais encargos para as Câmaras Municipais, classificando tal atitude como uma irresponsabilidade política.

Sr. Vereador Joel Marques – Agradeceu as explicações prestadas e manifestou concordância com o Senhor Presidente quanto à necessidade de que a responsabilidade não devesse ser negligenciada, devendo todos assumir as suas obrigações.

Contudo, salientou que, curiosamente, nunca assistiram a que a CDU assumisse responsabilidades por qualquer assunto, exceto por lapsos ocasionais. Referiu ainda, conforme afirmara anteriormente, que a Câmara Municipal de Setúbal não demonstrou intenção de assumir a execução dos projetos.

Recordou que o Senhor Vereador Carlos Rabaçal, durante um debate na Rádio Azul, assumira explicitamente que *“a Câmara Municipal de Setúbal recusou-se a fazer os projetos de execução para poder avançar com as candidaturas em tempo útil”*.

Por essa razão, e em contraste com outros municípios como Barreiro, Almada, e também câmaras municipais da CDU, nomeadamente a de Sesimbra, cuja política de intervenção no Parque Escolar era diametralmente oposta à do município de Setúbal, destacou que não seria proveitoso atribuir responsabilidades a outros partidos ou alegar que uns seriam privilegiados e outros vítimas incapazes de agir, quando na realidade não tinham conseguido efetuar qualquer progresso.

Referiu que a Câmara Municipal de Setúbal se recusara a elaborar os processos de execução, tendo esta atitude atrasado todo o processo em aproximadamente dois a três anos.

Expressou incredulidade face à seletividade do Ministério da Educação na identificação das plantas das edificações escolares, escolhendo quais os municípios que possuíam plantas disponíveis e quais aqueles que teriam ainda de realizar um levantamento prévio para avançar com os processos.

Reconheceu as dificuldades financeiras e de gestão de tesouraria enfrentadas por todos os municípios, mas sublinhou que tais dificuldades não justificavam que uns avançassem com os processos enquanto outros procrastinassem, prolongando indevidamente os prazos.

Lamentou que, até outubro, Setúbal fosse um município marcado pela indecisão e pelo arrastamento das decisões.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador referiu que foram introduzidas algumas questões relativas a supostas razões de seletividade por parte dos Governos, reconhecendo que tais questões poderiam ter as suas razões. Contudo, negou ter referido seletividade em qualquer momento.

Relativamente à alegação de que a Câmara Municipal de Setúbal se teria recusado a elaborar os projetos das especialidades, afirmou desconhecer a origem dessa informação, salientando que o projeto da Escola 2/3 do Bocage estava praticamente concluído.

Reconheceu que, apesar das dificuldades financeiras, foram avançados alguns casos, nomeadamente com os projetos de arquitetura, para possibilitar a criação dos projetos das especialidades.

Reforçou que os projetos de arquitetura em condições adequadas foram lançados, bem como os projetos das especialidades, exemplificando com o caso da Escola 2/3 do Bocage.

Referiu que o senhor Vereador tinha mencionado que o Partido Socialista teria afirmado que a Câmara Municipal de Setúbal não realizava qualquer trabalho e era incompetente.

Referiu estar ciente de que os vereadores do PS eram os *“reis”* em criticar negativamente Setúbal, o executivo municipal e a gestão da CDU, destacando que essa postura refletia um *“cartão de visita”* característico do Partido Socialista em Setúbal, traduzido numa imagem negativa da cidade fomentada pelo próprio partido, sobretudo nas redes sociais e intervenções públicas.

Assinalou que, segundo o PS, a gestão em Setúbal seria uma *“desgraça do princípio ao fim”*.

Salientou que Setúbal teve 23 anos de gestão pela CDU e que o atual mandato se destacava pelo maior volume de investimento desde o 25 de Abril.

Referiu que os orçamentos, propostas, aprovações de candidaturas e concursos foram devidamente discutidos e aprovados nas reuniões de câmara, sendo, portanto, incongruente os vereadores negarem conhecimento sobre estas matérias e, ainda assim, continuarem a

afirmar que a gestão da CDU seria a pior, mesmo quando comparada com outras autarquias da CDU na região.

Apelou para que os vereadores mantivessem os pés assentes na terra e considerou ridícula a postura de apenas criticar negativamente. Questionou como seria possível acreditar no discurso do Partido Socialista, se a única narrativa apresentada era de crítica contínua e sem fundamento.

Apesar das críticas constantes que penalizavam a imagem de Setúbal, o município continuava a ser um dos concelhos da península com maior atratividade, seja pelo investimento privado, pela procura de particulares que escolhiam Setúbal para residir, ou ainda pela componente turística, nomeadamente pelos estrangeiros que se fixavam no concelho e promoviam Setúbal nas suas redes sociais como um local extraordinário.

Referiu que estas pessoas residiam em países de elevado bem-estar, como os Estados Unidos, Canadá e França.

Recordou que, há cerca de dez anos, o Largo de Bocage, nos fins de semana, era um “deserto”, na expressão utilizada por um antigo Ministro do Partido Socialista, e que o café mais antigo da zona, que encerrava ao fim de semana, passou a abrir aos sábados.

Atualmente, verificava-se que as esplanadas do Largo de Bocage, a partir das 08h00, estavam repletas de pessoas, muitas das quais estrangeiras que se instalaram em Setúbal por considerarem o concelho um local extraordinário, destacando a qualidade de vida e o bem-estar que este proporcionava, e que promoviam nas suas redes sociais.

Por outro lado, lamentava que os vereadores do Partido Socialista continuassem a afirmar que Setúbal era a pior realidade alguma vez vivida no concelho.

Afirmou que tais posturas eram prejudiciais e ridículas, mas reconheceu que cada um escolhia a sua forma de agir. Reafirmou que o executivo CDU mantinha o seu trabalho e o compromisso com o investimento, destacando que foram aplicados cerca de 200 milhões de euros ao longo do mandato, mesmo perante as dificuldades mencionadas na sessão da Assembleia Municipal, na qual os vereadores do Partido Socialista tiveram um papel protagonista, mas em sentido negativo.

Referiu que esses comportamentos refletiam a incapacidade de alguns líderes locais em distinguir o “trigo do joio”, criando problemas complexos para a gestão municipal, cujas consequências recaíam sobre a população, o que era muito preocupante. Sublinhou a necessidade de denunciar essas atitudes, pois eram fortemente prejudiciais aos interesses do desenvolvimento do concelho, não pelo teor dos ataques dirigidos ao Presidente da Câmara ou ao Vereador, mas pelo impacto que tais comportamentos e formas de estar tinham sobre o investimento e o progresso do município de Setúbal, sendo, por isso, indispensável que fossem publicamente assinalados.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que, enquanto o ex-Ministro Mário Lino fora militante do PCP e presidente do conselho de administração das Edições Avante, o PCP nunca o trouxera a visitar a Península de Setúbal, o que considerou uma falha.

Acrescentou que, ao olhar para a sua bancada, via setubalenses que fizeram a sua vida na região e que nela continuariam a viver, e que não falavam mal da sua terra.

Lamentou, porém, desiludir o Senhor Presidente, pois as críticas da sua bancada não se dirigiam à cidade de Setúbal em si, mas sim a mais de 20 anos de gestão CDU, gestão essa que dizia querer continuar a fazer Setúbal, mas que na verdade tinha contribuído para a degradação da cidade.

Afirmou que, por mais que o Senhor Presidente tentasse desviar-se, não poderia fugir da responsabilidade pelos mandatos da CDU, que se traduziam numa degradação da cidade, na falta de capacidade decisória e na incapacidade para fazer avançar o concelho de Setúbal, diferentemente do que ocorria em concelhos vizinhos, que tinham progredido.

Concluiu afirmando que essa era, infelizmente, a marca daquela gestão.

Sr. Presidente – Referiu que fez o possível para que os senhores vereadores pudessem mudar a forma como se apresentam perante as populações de Setúbal e Azeitão, buscando apresentar as suas razões de modo diferente.

No entanto, lamentou que insistissem na mesma forma de estar e agir, e que, consequentemente, os setubalenses e azeitonenses, tal como até então, provavelmente manteriam as suas posições.

Concluiu que cada um deveria assumir as suas responsabilidades.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

2. Deliberação n.º 487/2025 - Proposta n.º 134 /2025/DAF/DICONT/SERGE P - Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 488/2025 - Proposta n.º 135 /2025/DAF/DICONT/SERGE P - Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação Nacional dos Treinadores de Futebol – Núcleo do Distrito de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 489/2025 - Proposta n.º 136 /2025/DAF/DICONT/SERGE P - Hasta pública para alienação de veículos municipais e sucata diversa - Adjudicação definitiva

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 490/2025 - Proposta n.º 137 /2025/DAF/DICONT/SERGE P - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 13909, Fração X da Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 491/2025 – Proposta n.º 32/2025/DOM - CPI 32/2025/DOM – Empreitada Bairro Quinta de Santo António: Lote 1, Rua da Fonte Fresca e lote 2, Rua dos Sobreiros - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público, por lotes, com publicidade internacional - Candidatura n.º 61882 – Reabilitação de 214 fogos - Reabilitação da Quinta de Santo António

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17.

Sr. Presidente – Referiu que nunca seria demais repetir, pois por vezes havia quem não ouvisse o que era dito e aquilo que aprovado em reunião de Câmara, assim como em sessão da Assembleia.

Tratava-se de mais 9 milhões de euros em investimentos para Setúbal.

Para reforçar a ideia, salientou que, todos os meses, eram aprovados em reunião de Câmara dezenas de milhões de euros em investimento, enquanto alguns senhores vereadores continuavam a afirmar que *“estavam numa situação de gestão danosa para o município”*.

Por essa razão, considerou importante reiterar várias vezes o investimento extraordinário que está a ser feito em Setúbal.

Sr. Vereador Fernando José – Afirmou que aquela reunião foi marcada por sucessivos ataques aos vereadores do Partido Socialista e ao próprio Partido Socialista. Reconheceu o nervosismo do Senhor Presidente, mas não podia aceitar a forma como este se dirigiu.

Referiu que os vereadores do Partido Socialista e o próprio Partido Socialista em Setúbal têm sido críticos da gestão autárquica da CDU e do Partido Comunista, que, na sua opinião, não deram resposta aos problemas que se prolongam há anos.

A proposta em apreciação vinha na sequência de muitas outras já aprovadas e estava relacionada com a requalificação de habitação pública, que decorre precisamente no âmbito da *“bazuca”*, ironizada pelo Senhor Presidente.

Sublinhou que há 25 anos a Câmara Municipal de Setúbal não dava resposta ao grave problema da falta de habitação. Contrariamente ao que foi afirmado pelo Senhor Presidente, as barracas continuavam a existir e a aumentar no concelho.

Durante este período, não foi construída qualquer habitação destinada a jovens, à classe média ou às famílias carenciadas.

Acusou o executivo da CDU de optar pelo protesto sem agir na concretização de soluções.

Criticou a gestão danosa que resultou numa dívida da tesouraria da Câmara Municipal de Setúbal na ordem dos 55 milhões de euros, evidenciando atrasos nos pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços, o que dificultava aos setubalenses a perceção do investimento realizado.

Referiu que, em maio de 2021, a Câmara Municipal de Setúbal recebeu uma receita extraordinária no valor de 4 milhões de euros proveniente do contrato de concessão do estacionamento tarifado, algo que também criticavam, uma decisão errada da maioria CDU, a privatização do estacionamento tarifado por 40 anos e com o aumento de 500%.

Esclareceu que os vereadores não criticavam a cidade de Setúbal, mas sim as decisões tomadas pelo executivo da CDU que consideravam prejudiciais para a cidade.

Questionou o destino dado a esses 4 milhões de euros, destacando que até à data o Senhor Presidente nunca tinha prestado esclarecimentos sobre o assunto.

Perguntou ainda se este montante fora investido em infraestruturas desportivas, como pavilhões, ou em habitação.

Referiu que o Senhor Presidente, na página do jornal *“O Setubalense”*, tinha vindo a criticar e esclarecer a situação relativa à privatização da água. Destacou que a questão da água e saneamento em Setúbal, cujo contrato poderia ter sido resgatado anteriormente, fora assumida pelo Senhor Presidente.

Reconheceu que tinham o direito de criticar a atual gestão da Câmara Municipal de Setúbal, liderada pelo Partido Comunista, e exerciam esse direito.

Apontou que, no mandato 2017/2021, foram gastos 3,5 milhões de euros em juros de mora. Referiu que tinham o direito de criticar o abandono da Praça Carlos Relvas, o estado degradado do Imapark e a situação precária dos rings desportivos no concelho.

Informou que, no fim de semana anterior, estiveram em Vale do Cobro, onde o estado de abandono da área causava vergonha aos setubalenses, responsabilizando a Câmara Municipal pela má gestão.

Sublinhou que, apesar da discordância do Senhor Presidente, os vereadores do Partido Socialista continuariam a apresentar críticas construtivas e propostas de solução, com o objetivo de promover uma mudança na gestão a partir do próximo mês de outubro.

Sr. Presidente – Referiu que o Senhor Vereador se mantivera muito calado nos últimos meses e que, apenas agora, decidira fazer uma intervenção que seguia sempre o mesmo registo, caracterizado por críticas constantes.

Reconheceu que o senhor Vereador tinha todo o direito de solicitar avaliações às contas do município, mas questionou a razão pela qual até ao momento tal pedido ainda não tinha sido formalmente apresentado.

(Intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Mencionou que o Senhor Vereador não deveria fazer acusações de grande irresponsabilidade, nem proferir afirmações infundadas, uma vez que, na qualidade de vereador da oposição, poderia exigir a realização de inspeções às contas do município.

Salientou que o senhor Vereador conhecia bem as suas responsabilidades, tanto pelo que fazia quanto pelo que dizia.

Em relação às ações que o Governo do senhor Vereador tinha feito, das quais fora conivente e parte ativa na intervenção política a nível governamental, deu como exemplo a questão das barracas. Questionou se não era verdade que a Câmara Municipal gerida pela CDU tinha sido a responsável pela intervenção que levou o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), entidade competente para atuar naquele território, a acabar definitivamente com as barracas, destacando que, na prática, quem estivera no terreno fora a Câmara Municipal de Setúbal.

Questionou ainda se cabia à Câmara Municipal estar no terreno, reforçando que a autarquia sempre se mostrou solidária e presente em todas as ações que beneficiassem o município. Frisou que caberia ao IHRU, ao Governo do Senhor Vereador e aos sucessivos Governos realizar essas intervenções, mas que, apesar de terem feito a limpeza do terreno, deixaram a situação sem resolução, a qual se agravou com o passar dos anos.

Por fim, referiu que há três anos, com a intervenção direta da Câmara Municipal de Setúbal, iniciaram-se os trabalhos para a erradicação das barracas.

Referiu que o Senhor Vereador afirmara que existiam novamente barracas em Setúbal, informando que, no dia anterior, estivera em Setúbal o Senhor Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que visitara o local onde se encontravam essas barracas. Esclareceu que as mesmas persistiam devido à ausência de qualquer tipo de intervenção por parte do Estado com vista à resolução do problema.

Indicou que aquilo que inicialmente eram pequenas estruturas destinadas ao alojamento de gado se transformara, entretanto, em habitações precárias, assumindo que tal situação era da responsabilidade do Governo do Partido Socialista, que permitira o seu agravamento.

Mencionou ainda que teve oportunidade de mostrar ao Senhor Presidente do IHRU a realidade existente no terreno, precisamente para evitar que se viesse a verificar, em Setúbal, uma situação semelhante à de outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Concluiu afirmando que aquela não era, nem nunca fora, a forma como a gestão CDU tratava e resolvia este tipo de problemas.

Informou que fora demolida toda a construção clandestina existente na Quinta da Parvoíce, tendo as pessoas sido realojadas em apartamentos contratados pela Câmara Municipal. Explicou que, por razões de mercado, o Município fora obrigado a adquirir esses

apartamentos para garantir que as famílias mantivessem uma habitação condigna enquanto não se concretizasse a prometida reconstrução das habitações na referida Quinta.

Acrescentou que todo esse processo não dependia unicamente da Câmara Municipal, sublinhando que esta se mantinha solidária, presente no terreno, comunicava, elaborava as informações necessárias e dialogava com as entidades da Administração Central, situação que se verificava igualmente noutras áreas, como a da saúde.

A este propósito, referiu-se ao Senhor Vereador Fernando José, criticando-o por, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas, ter alegadamente circulado em torno do Centro de Saúde de Azeitão afirmando tratar-se de uma obra do Partido Socialista. Considerou esse tipo de comportamento inadequado, uma vez que a construção do referido centro de saúde resultara de uma colaboração entre a Câmara Municipal e o Governo, sendo o equipamento construído pela autarquia.

Salientou ainda que o mesmo modelo de parceria se encontrava em curso relativamente ao Centro de Saúde da Bela Vista, cuja obra estava a ser executada com acompanhamento técnico da Câmara Municipal, que lançara os respetivos procedimentos e assumira a responsabilidade do projeto, dado tratar-se de uma matéria que dizia respeito à saúde das populações.

Advertiu que os problemas no setor da educação tenderiam a agravar-se, dado que não existiam obras em curso, nem candidaturas submetidas para a realização das mesmas, sendo previsível que os processos de requalificação levassem anos a concretizar-se. Questionou como seria possível reagir face ao avançado estado de degradação de vários estabelecimentos escolares e que medidas se pretendia adotar, interrogando de quem seria a responsabilidade por tal situação. Afirmou categoricamente que essa responsabilidade não poderia ser atribuída à gestão da CDU.

Recordou que, aquando da celebração do protocolo entre o Governo do Partido Socialista e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, deveriam ter sido adotadas, desde logo, medidas que garantissem a execução das intervenções necessárias. Criticou o facto de o senhor Vereador não demonstrar preocupação com a situação financeira do Município, uma vez que não assumia responsabilidades na sua gestão, recusando-se também a assumir quaisquer responsabilidades políticas.

Referiu que, de acordo com o relatório da Comissão de Acompanhamento da Transferência de Competências, no final do ano de 2024, teriam saído do Orçamento de Estado quatro milhões de euros no âmbito das transferências de competências na área da educação. Sublinhou que esta informação constava de documentação oficial e não constituía uma invenção, não correspondendo à forma como a CDU fazia política. Acrescentou que a gestão municipal era conduzida com transparência e rigor, com diálogo permanente com a comunidade educativa, tal como sucedia na área da saúde.

Mencionou que a ausência de resposta por parte do Governo do Partido Socialista às previsões feitas pelos diretores de serviço do Hospital de Setúbal terá estado na origem da decisão destes em apresentar a sua demissão, ainda que tenham permanecido no exercício das respetivas funções. Considerou que essa decisão teve como principal objetivo chamar a atenção do Governo para o estado em que se encontrava aquela unidade hospitalar, cuja degradação era visível e notória.

Criticou o facto de o Senhor Vereador, ao longo dos anos, ter prometido obras de ampliação no Hospital de Setúbal, sem que as mesmas tivessem sido concretizadas. Sublinhou que, não fosse a intervenção do Partido Comunista Português na Assembleia da República, ao propor a inscrição da verba necessária para o avanço da obra, esta ainda não teria sido iniciada.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que, se não tivesse sido o Governo a libertar a verba, de nada serviria a sua inscrição no Orçamento do Estado. Acrescentou que bastaria olhar para o orçamento da Câmara Municipal de Setúbal para se perceber de que forma as coisas funcionavam.

Considerou que ficaria bem ao senhor Presidente reconhecer que, não fossem as políticas de habitação do Governo do Partido Socialista, nomeadamente após março de 2024, momento

em que, segundo referiu, o senhor Presidente também teria ficado "preso", e continuava a insistir na sua retórica sobre os Governos do Partido Socialista, as barracas existentes na Quinta da Parvoíce não teriam ainda sido erradicadas, nem teriam sido encontradas soluções de habitação digna para as pessoas que ali viviam em condições de profunda indignidade. A propósito de contas e de alegadas omissões, referiu que ficaria igualmente bem ao senhor Presidente prestar esclarecimentos sobre a proposta apresentada pelo Partido Socialista, aprovada por unanimidade em novembro, relativa à adjudicação de uma auditoria, com prazo de apresentação de relatório até 14 de fevereiro, e que, até à data, não teria tido qualquer seguimento. Questionou se o relatório da auditoria estaria "escondido numa gaveta" ou se a deliberação aprovada em reunião de câmara teria sido ignorada, sublinhando a importância de uma explicação cabal por parte do senhor Presidente sobre esta matéria.

Sr. Presidente – Referiu que aquela era a forma habitual de intervenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, lamentando que, na sua opinião, os mesmos não soubessem atuar de outra maneira. Observou que o senhor Vereador não tinha sido capaz de questionar, ao longo de todo o período anterior, sobre o andamento da deliberação apresentada pela bancada do Partido Socialista, preferindo adotar uma postura de ataque, utilizando expressões que considerou típicas do léxico do Partido Socialista em Setúbal. Reconheceu, contudo, que o Senhor vereador tinha razão ao levantar a questão, uma vez que o processo se encontrava atrasado. Sublinhou que o Senhor vereador, enquanto trabalhador da Administração Pública, sabia que os procedimentos administrativos são, por vezes, complexos e que, embora o prazo de 60 dias tenha sido assumido como objetivo, o desenvolvimento dos procedimentos nem sempre decorria conforme o previsto. Assegurou que não deixava de ter atenção ao que era aprovado pelos Órgãos do Município e, de acordo com a informação de que dispunha, o relatório da auditoria estaria concluído até ao final do mês de julho. Acrescentou que, caso o senhor Vereador tivesse colocado a questão em reuniões anteriores, teria obtido a resposta, conforme seria sua obrigação dar. Considerou que a forma como a questão foi colocada ilustrava bem o modo como o Partido Socialista estruturava as suas intervenções – numa lógica destrutiva, em vez de construtiva – o que, no seu entender, em nada contribuía para o bom funcionamento dos processos e para que os municípios de Setúbal e Azeitão beneficiassem do empenho das forças políticas. Terminou interrogando-se sobre a forma como algumas declarações e atitudes eram assumidas, aparentemente sem consciência das respetivas consequências.

(Intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que vivera antes do 25 de Abril, vivera o dia 25 de Abril e vivera o período subsequente, pelo que tinha plena consciência da importância da liberdade, do cumprimento das regras em democracia e do respeito pelo Estado de Direito. Lamentou que a situação atual não decorresse conforme alguma vez imaginara, reconhecendo que se tinha atingido um ponto preocupante, com potencial agravamento. Afirmou respeitar todos os intervenientes e reconheceu que, no calor da discussão, poderiam surgir expressões menos adequadas, assumindo, nesse caso, a responsabilidade pelas mesmas. Reafirmou, contudo, que o respeito pelos direitos democráticos da oposição, dos senhores vereadores e dos cidadãos em geral era, da sua parte, feito com total convicção e determinação.

Referiu ainda que, embora por vezes discordassem da legislação em vigor, nunca tinham deixado de a cumprir, sublinhando que tal atitude representava o verdadeiro respeito pelo Estado Democrático. Defendeu que todas as pessoas eram livres de expressar as suas opiniões, mas que, relativamente a esses princípios, era particularmente rigoroso e determinado.

Considerou que o respeito pela opinião de todos era sempre enriquecedor, e que mesmo nas divergências mais significativas se podia retirar ensinamentos, sendo essa vivência

democrática e o pluralismo de ideias valores fundamentais à vida das sociedades humanas, da qual todos faziam parte.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que julgava estarem a discutir a proposta relativa à abertura de procedimento para a reabilitação da Quinta de Santo António, a qual considerou absolutamente decisiva e fundamental para a população residente naquele local. No entanto, lamentou que a discussão não tivesse incidido sobre o teor concreto da proposta.

Assinalou a existência de uma contradição insanável entre a alegada má gestão da CDU e o facto de Setúbal ser atualmente um município vibrante, salientando que, ao longo de 24 anos, o concelho tinha evoluído significativamente. Questionou se tal evolução teria ocorrido à revelia da gestão da CDU, sublinhando que tal ideia era incoerente e percecionada como tal pela população.

Destacou que Setúbal era, atualmente, um dos municípios mais dinâmicos e procurados do país, resultado de um percurso de desenvolvimento sustentado, no qual reconheceu também o contributo do anterior executivo. Defendeu que nenhum executivo fazia tudo mal, e que a construção do município, com séculos de história, resultava do trabalho e do contributo de todos.

Concluiu deixando esta reflexão, esclarecendo que não pretendia, com a sua intervenção, entrar em campanha eleitoral.

Referiu ter assistido a um debate transmitido pela SIC Notícias, no qual participaram, maioritariamente, presidentes de câmara eleitos pelo PSD e pelo PS, destacando a ausência de representantes da CDU. Considerou que, caso os senhores vereadores tivessem assistido ao referido debate, reconheceriam que o mesmo constituía uma resposta clara e contundente à narrativa mantida pelo Partido Socialista em Setúbal relativamente à política de habitação.

Referiu que todos os presidentes de câmara entrevistados afirmaram, de forma inequívoca, que a responsabilidade pela construção de habitação — ou pelo financiamento dessa construção — cabia ao Governo Central, criticando a inexistência de uma política nacional eficaz ou apontando os erros das políticas seguidas até então.

Assinalou, em contraste, que apenas os eleitos do PS em Setúbal insistiam em imputar à Câmara Municipal de Setúbal a responsabilidade exclusiva pela recuperação das barracas, posição que considerou estar desalinhada com a posição assumida pelos autarcas entrevistados. Recomendou, por fim, que os senhores vereadores assistissem ao referido debate, considerando-o muito interessante e esclarecedor.

Relativamente à questão das barracas, referiu que foi trazido a Setúbal o senhor Ministro da Habitação com o objetivo de observar a situação das hortas que, ao longo do tempo, se foram transformando em barracas. Informou que o executivo municipal estava, há quase dez anos, em articulação com o IHRU para encontrar uma solução para aquele problema. O IHRU chegou a dispor de uma verba de 200 mil euros para iniciar o processo de demolição, valor esse que se revelou insuficiente, estimando-se, posteriormente, a necessidade de um investimento na ordem do meio milhão de euros. Nesse contexto, o IHRU decidiu elaborar um novo orçamento, o qual, até à data, ainda não tinha sido concretizado.

Referiu que os terrenos em causa pertenciam exclusivamente ao IHRU e a alguns proprietários privados, pelo que o processo estava a ser conduzido pelas entidades responsáveis, não tendo ainda sido resolvido. Sublinhou, contudo, que a situação era conhecida por todos, pelo que não se justificava imputar responsabilidades à Câmara Municipal.

Destacou que, a nível nacional, a intervenção realizada na Quinta da Parvoíce tinha sido considerada um exemplo a seguir, sendo frequentemente mencionada em conferências e seminários. Sublinhou que, ao contrário do que sucedeu em concelhos como Amadora ou Loures, em Setúbal a demolição foi precedida do realojamento dos moradores, respeitando integralmente os seus direitos e a sua dignidade. Afirmou que reconhecer esse trabalho seria um ato elementar de justiça, pois, mesmo que alguns naquela sala não o reconhecessem, o país e a população conheciam e valorizavam o que tinha sido feito.

13 / 15

Relativamente à evolução da reabilitação das habitações, informou que, após o verão, os trabalhos iriam decorrer no Bairro da Manteigada, incluindo a renovação do mobiliário das cozinhas e casas de banho, bem como a requalificação das áreas exteriores. Referiu que tinham começado por entregar casas reabilitadas na Alameda, no Forte e na Bela Vista, num processo em que apenas Setúbal realizava obras no interior das casas enquanto as pessoas ainda residiam nelas, o que exigia uma logística complexa e um esforço considerável por parte dos técnicos para garantir a saída temporária e o regresso dos moradores, assegurando a qualidade da reabilitação.

Salientou que não bastava reabilitar os edifícios, mas que era igualmente necessário atuar no interior das habitações, sendo esse um esforço enorme que estava a ser realizado com o objetivo de proporcionar bairros e habitações públicas de elevada qualidade, onde fosse bom viver, criando condições de dignidade e qualidade de vida para os seus moradores.

Acrescentou que estavam a aguardar a aprovação de candidaturas, incluindo aquelas relativas à construção de habitação nova, mencionando que o IHRU já estava a construir habitação nova de renda acessível em Setúbal. O processo estava em curso, evoluindo em articulação com as entidades responsáveis pelo financiamento e colaboração, e que a Câmara Municipal de Setúbal continuaria a colaborar dentro da sua capacidade, com os seus serviços, equipas e trabalhadores.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 492/2025 – Proposta n.º 127/2025/DURB/DIGU - Aprovação de projecto de arquitectura para construção de edifício industrial e plataforma exterior coberta.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Informou que a Assembleia Municipal iria reunir em sessão extraordinária no dia 28, na sequência das deliberações tomadas naquela reunião de câmara. Referiu que manteriam a reunião prevista para o dia 6 de agosto, de modo a dar seguimento a todo aquele processo, considerando a complexidade e os prazos necessários.

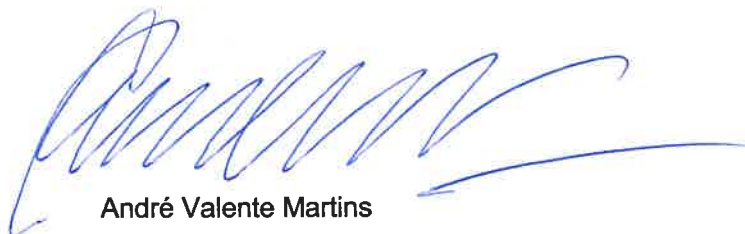
Acrescentou que, habitualmente, realizam apenas uma reunião no mês de agosto e que, se possível, manteriam essa prática. Contudo, não descartava a necessidade de convocar uma reunião adicional, tendo em conta que a abertura dos concursos públicos tinha ficado deserta e, na última reunião de câmara, foram novamente submetidos para apreciação. Caso surjam propostas das empresas interessadas, avançariam para a convocação de uma reunião de câmara, dada a importância de acelerar o andamento dos processos.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e seis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

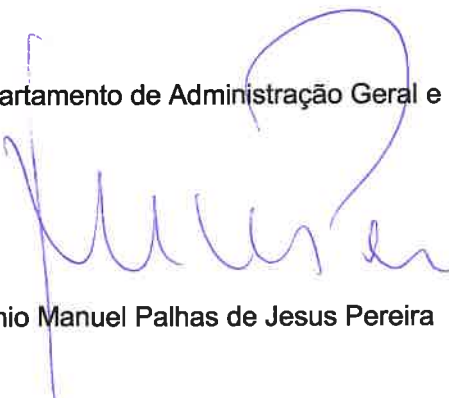
O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 03 de setembro de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 15 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
António Pereira